

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS – ICMBio

Aos 09 (nove) dias do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), 32 (trinta e dois) representantes das entidades integrantes do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (CONPARNASO) mais 47 (quarenta e sete) convidados, conforme lista de presença e registros de presença em videoconferência, estiveram reunidos por meio do aplicativo gratuito Microsoft Teams. A Reunião Ordinária foi convocada através do Ofício SEI nº 97/2022-NGI ICMBio Teresópolis, expedido em 24 de fevereiro de 2022 pelo Presidente do CONPARNASO, Marco Antônio Ferreira Campos, tendo como seguintes pautas: 1) Diálogo com Consultoria contratada pelo BNDES para estudo sobre Delegação de serviços de apoio à visitação; 2) Perspectivas das Áreas Temáticas do NGI para gestão do PARNASO em 2022; 3) Informes das Câmaras Temáticas (CTs) e Informes Gerais. Marco Antônio Campos (ICMBio/Presidente do Conselho, Chefe do Parque Nacional da Serra dos Órgãos) abriu a reunião dando as boas-vindas a todos e passando a palavra para Robson Eneas (Chefe do Departamento de Estruturação de Projetos de Infraestrutura Socioambiental do BNDES) que faz a apresentação intitulada Roteiro de Estudos para Concessão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos; Após a apresentação, Marcus Gomes (ICMBio/Secretaria Executiva CONPARNASO) toma a palavra para abrir para comentários e perguntas, lembrando que o conselho é aberto ao público e que as manifestações podem ser feitas presencialmente de forma oral ou por escrito, e também por via digital através do *Teams* ou pelo grupo *Whatsapp*. A primeira rodada de perguntas é aberta pela Maria Luiza Amorim (Associação Agroecológica de Teresópolis) que questiona o que foi pedido ao BNDES e qual o papel do banco nesse projeto de concessão; logo após Priscila Santos (ICMBio/Coordenadora do Laboratório de Geoprocessamento do NGI Teresópolis) questiona qual seria a diferença entre a Hope e a proposta nova, iniciada pelo BNDES. A palavra então é passada para o Waldecy Lucena (FEMERJ), Coordenador da Câmara Temática de Delegação de Serviços, que apresenta a Nota Técnica produzida pela CT e aprovada por aclamação pelo Conselho, que se encontra em anexo; em seguida, informa que feito um levantamento a respeito das concessões e que as mesmas estão sendo amplamente criticadas, em especial a do Parque Nacional do Iguaçu, que segundo Waldecy não teve participação de todos os setores sociais do Conselho, e deixa a solicitação de que haja mais participação da sociedade e do Conselho para a realização das modelagens realizada pelas concessões; sua fala é complementada pelo Artur Esteves (Notur Travel), Coordenador da Câmara Temática de Turismo e Montanhismo, que destaca a implementação da parte patrimonial e a manutenção da infraestrutura na Nota Técnica apresentada. Breno Herrera (ICMBio) lembra as instituições que compõem a câmara: Departamento de Turismo da UERJ, Federação de Montanhismo - FEMERJ, Educadores ambientais da Serra dos Órgãos, Empresa de Turismo local, Associação Carioca de Turismo de Aventura, União dos Caminhantes do Estado UNICERJ, Agenda 21 Local de Guapimirim e acompanhamento dos servidores do ICMBio. Marcus observa que a Nota Técnica foi resultado de diversas reuniões da CT que se debruçou amplamente nas pesquisas do OPAP (Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas). A fim de responder a tais questionamentos, Robson apresenta Carlos Henrique Fernandes (ICMBio/Coordenação Geral de Uso Público - CGEUP) que responde a pergunta da

Priscila, esclarecendo que o pretendido é a mudança de paradigma em relação ao contrato de concessão realizado com a empresa Hope, ele explica que este é um projeto do ICMBio com parceria do BNDES, e as premissas observadas na Nota Técnica apresentada pelo Waldecy serão assumidas como parte do processo de desenvolvimento dos projetos; Robson assume a pergunta da Maria Luísa explicitando que o papel do BNDES é de apoio institucional, técnico e financeiro e que são supervisionados e orientados diretamente pelo ICMBio, enfatizando que não há nenhum poder decisório do BNDES no projeto, ele explica que a decisão caberá ao ICMBio e que o contrato é público e de acesso a todos. Partindo agora para comentários a respeito da Nota Técnica, ele corrobora com sua relevância e pontua sobre a transparência do BNDES nesse novo projeto, que a esta reunião seja vista como um exemplo de demonstração da disponibilidade de diálogo por parte do BNDES e que os estudos ainda são bastante preliminares que se trata de um esboço ainda e que pode e deve ser melhorado e que o diálogo é uma ferramenta muito importante nesse processo; ele também faz uma breve explicação do que é um contrato de concessão, que se baseia em um contrato de divisão de riscos, e que a Hope não possuía caráter de concessão e sim de uma terceirização de longo prazo; e retomando as pontuações sobre o explicitado na Nota Técnica ele fala sobre a concessão de serviços na área de serviço público que é apenas de serviço e não de área pois o Plano de Manejo (PM) e o Zoneamento devem ser levados em consideração; outro ponto levantado pela Nota Técnica é sobre as construções, infraestruturas e reformas, ele explica que no modelo de concessão se faz um anteprojeto de engenharia, pois projetos executivos não fazem parte do contrato, portanto, a resolução é a confecção de um contrato conciso dos projetos executivos e suas atribuições, e antes de serem executados o ICMBio através de uma autorização direta tem o poder de decisão. Outro tópico apresentado na Nota Técnica aborda sobre a capacidade de carga, e é explicado que em anexo ao contrato existe os indicadores de desempenho e caso o concessionário possua um mal desempenho ele é punido financeiramente, nesse anexo contém o Número Balizador de Visitação (NBV) que foi criado a pedido do Tribunal de Contas da União (TCU), nele deve haver um indicativo de número de visitantes para cada atrativo da Unidade. Por fim, a respeito das permissões e autorizações presente também na Nota Técnica, concorda que é preciso utilizar-se mais desse recurso para aprimoramento do uso público nas unidades de conservação, e que ativos de menor porte estão sendo pensados pelo ICMBio em conjunto com MMA para que médios empresários possam gerir um atrativo/instalação, porém, como deve haver fundos para indenizações o setor privado não se responsabiliza por essa abertura que inicialmente deveria acontecer por vias públicas e não é o que acontece. Waldecy questiona se há reconhecimento dessa possibilidade de pulverização das parcerias para delegação de serviços, ao que Robson responde positivamente, pois ele concorda que há necessidade de ser viabilizado e que talvez a criação de uma nova área, um mecanismo jurídico ou até mesmo uma concessão de pequeno porte possa ser a solução, pois a espera pela iniciativa do poder público ocorre desde os anos 2000; para complementar sua fala a Raquel Carvalho (Gerente de Projetos - Diretoria de Concessões do Ministério do Meio Ambiente) atenta a questão das permissões que são um tanto precárias por falta de investimento e que o processo de leilão não se dá somente pela maior outorga e solicita que Robson explique; Robson retoma a palavra para explicar que a maior outorga não é um fator interessante, porém, a lei prevê três tipos de possibilidades quando ocorre o leilão: maior outorga,

menor tarifa e melhor técnica. A maior outorga vai para o Tesouro, não retorna para a Unidade mas é revertido para educação, saúde, e para o pagamento de servidores, portanto, apesar de não ser o ideal a maior outorga é o melhor mecanismo que temos hoje. Ele encerra sua fala explicando que na escolha do investidor a maior outorga apesar de não ser o melhor caminho é o que seleciona um bom investidor, pois, ao aportar recurso é necessário que a empresa se financie, encontre parceiros e esse processo denomina uma proxy da capacidade de gestão que é um fator importante para gerir, pois é entendido como um método de trazer empresas sérias para além da qualificação técnica do edital de licitação. Breno retoma a palavra para fazer algumas manifestações dos conselheiros feitas através do grupo de *whatsapp*: Os Conselheiros Alexandre de Almeida (Instituto Tecnoarte, pesquisador e doutor em ecologia), Fernando Pessoa (professor e doutor da CEFET Pretropolis), Clarisse Isnard (Associação de Moradores da Cascata dos Amores), Selma Vianna (Set Produções) e Marcia Chame (professora e doutora da Fiocruz), que aprovam a Nota Técnica e elogiam a apresentação realizada pelo Waldecy, parabenizando toda a Câmara Temática pela importante contribuição; Logo após, a palavra é dada a servidora Priscila para novos comentários, ela inicia sua fala elogiando a Nota Técnica e corrigindo o título da apresentação realizada pelo Robson de "Consessão do Parque Nacional" para "Consessão de Uso Publico" para deixar claro a diferença entre concessão e privatização. Outro questionamento da servidora, e apoiada posteriormente por outros colegas, é sobre a comparação feita entre as Unidades dos EUA com as do Brasil, apontando que não é valido comparar apenas o número de visitantes, já que o número de funcionários e os valores de investimentos são completamente distantes da realidade brasileira; ela corrobora com os colegas anteriores que apontam a importância dos empreendedores locais e que seja abrangido o grande o médio e o pequeno empreendedor. Outra posição apresentada por ela é a solicitação de que não se perca a essência do que é o PARNASO, seus objetivos, critérios e premissas, a qualidade de visitação deve ser considerada e novas ideias ponderadas. Por fim ela encerra sua fala abordando que o Iguaçu não deve ser parametro para o que será realizado no PARNASO pois, apesar de haver vantagens, são realidades e demandas distintas, não havendo vocação nem interesse social para transformar o PARNASO em parque de diversões temático e de acesso econômico restrito. Conclui ressaltando que a missão institucional do ICMBio, que é a de promover a conservação e o desenvolvimento socioambiental, deve sempre guiar e pautar as iniciativas de delegação de serviços. Ao finalizar sua fala, Breno retoma para ler novos comentários realizados pelo *whatsapp* por Rafael Ângelo Fortunato (Coordenador Geral do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da UERJ) que elogia a Nota Técnica apresentada pelo Waldecy; e por Marcelo Porreti (CEFET Petrópolis) que felicita a fala da Priscila. Lê também uma manifestação escrita que declara que é um grande equívoco não ver a área de visitação como um area de conservação, o maior erro da Hope. Em seguida, Marcus Gomes apresenta a proxima rodada de perguntas protagonizadas pelos Conselheiros François (UNICERJ), Marcia Chame (Fiocruz), Rafael Fortunato (UERJ) e o convidado Professor Doutor Celso Sanchez (UNI-RIO). François complementa a fala da Priscila sobre a apresentação usar o modelo americano como referência, e sobre a comparação com o Iguaçu não ser interessante, ele deixa registrado seu apoio a Nota Técnica e por fim aborda sobre inacessibilidade da população do entorno, que em dias de verão fazem uso do Rio Beija-Flor por ser de acesso externo a Unidade e de entrada gratuita. Marcia Chame

concorda com as colocações dos colegas anteriores a respeito da equivocada comparação com o modelo americano e a utilização do Parque do Iguaçu como referência. Ela acrescenta que o PARNASO não deve ser usado como um parque de diversões, que o número de visitantes deve ser limitado, e que o ICMBio é responsável pela conservação do patrimônio da biodiversidade, patrimônio este pertencente ao povo brasileiro. Ela aponta ainda que a parceria público-privada é ótima, porém, a análise de risco deve ser feita não somente por parte da empresa mas o cenário político deve ser levado em consideração, outra observação enfatizada é a do impacto do aumento do turismo para as cidades do entorno, portanto o desenvolvimento regional também deve ser incluído em um planejamento de investimentos de apoio aos municípios e estados. Após seus comentários, Márcia questiona o Robson sobre qual o indicativo de melhoria está sendo realizado para espécies ameaçadas de extinção, ela também questiona sobre qual seria o controle feito para espécies invasoras, se está previsto um limite de visitantes na sede e em infraestruturas, e qual a transferência de valores referentes aos lucros, qual porcentagem é destinada ao governo federal, qual porcentagem retorna a unidade, e a porcentagem de investimento. A palavra é dada para o professor Rafael que inicia abrangendo sobre o direito constitucional direcionado ao lazer que deve ser garantido e em diversos casos deve ser gratuito. Outro adendo apresentado pelo professor é sobre esse projeto ser criado em conjunto, somente ser ouvido não é o bastante. E por fim ele questiona Robson se foi contratado uma instituição com consultores e caso positivo, a que local eles pertencem e quais os critérios escolhidos para a contratação. A palavra é passada para o professor Celso Sanchez que cumprimenta a iniciativa da reunião que é de suma importância e deve ser encontrada uma solução coletiva e pública em alternativa aos paradigmas da concessão, solicita que se avalie de forma adequada as interferências nos serviços ambientais pois internacionalmente as relações público-privadas de concessões não são feitas levando em consideração os locais mais importantes de conservação da biodiversidade; ele sugere que se estude mais, que os debates sejam mais frequentes entre todos os setores da população do entorno, que princípios de conservação, constitucionais e de manutenção do patrimônio sejam criados; o professor cita a Constituição Federal, Artigo 225, que discursa sobre todos terem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, que este seja de uso comum pois é essencial a qualidade de vida e que é dever público e coletivo defender e preservar esse ambiente; segundo Celso, a concessão está sendo feita de forma acelerada; finalmente, questiona o que vem sendo proposto para haver mais manifestações públicas na criação do projeto dessa nova concessão. Novos comentários são lidos pelo Breno: Sandra Arruda (Secretaria de Meio Ambiente de Guapimirim) enaltece a fala da Priscila a respeito da comparação entre o número de servidores entre os EUA e o Brasil; o conselheiro Alexandre parabeniza a colocação da professora Márcia Chame e manifesta que apesar da receita elevada no Parque do Iguaçu, os problemas continuam sendo notáveis principalmente relacionados aos impactos da estrada do Colono e ao abate criminoso de onças pintadas; Renata Gouveia (AMA Quebra-Frascos) e Marcelo Porreti parabenizam as colocações feitas pela professora Márcia; Maria Emilia (Instituto Tecnoarte) enaltece o discurso do Rafael em relação ao lazer ser constitucional; e por fim a professora Marcia sugere que estudem os modelos implementados na África do Sul e Austrália. Robson reassume a palavra atendendo inicialmente o questionamento do professor Rafael acerca do que se propõe o projeto, ele afirma que o projeto teve seu início há uma semana com a visita técnica e que

não há pressa; ele atenta que a discussão de forma ampla pode ser interessante, porém ao tratarmos de concessão os tópicos devem ser mais demilitados pois este processo não pode e nem deve resolver todos os problemas relacionados a unidades de conservação no país, o contrato de legislação deve ser seguido, e o comprometimento do BNDES é a transparência, o projeto é aberto e as conclusões do grupo técnico serão apresentadas no projeto; o contrato, segundo Robson, é feito por empresas com profissionais técnicos especializados em diversos setores, e isso não impede que a sociedade civil participe; ele explicita que muito do que está sendo solicitado é inviável de uma concessão resolver, pois o projeto que está se iniciando tem a intenção de resolver um problema muito específico, e a intenção em apresentar o modelo de Iguazu é mostrar as melhorias que estão sendo feitas a partir do novo contrato com eles, tais como recursos para monitoramento, pesquisa, e treinamento para pessoas do entorno. Robson fala sobre um contrato administrativo do BNDES que realizou a contratação de uma consultoria, e que esse contrato contém as especificações de qualificação da empresa e tipos de funcionário, informações que estão disponíveis no site do BNDES; é salientado que não apenas o time da CGEUP/ICMBio está envolvido, diversas equipes do ICMBio trabalham no projeto, e os servidores do NGI ICMBio Teresópolis são um desses exemplos, como o servidor Leonardo Martins Gomes. Sobre a destinação dos recursos, chamado por eles de macro temas, é explicado que desde 2019 esse valor é investido em ações socioambientais e os proponentes que utilizam esse recurso é o Conselho e o ICMBio, portanto o ICMBio aprova projetos para uso e o Conselho Consultivo aplica, o valor utilizado é de 6% em cima do valor arrecado na Unidade; e falando sobre transparência, que foi muito abordado pelos colegas em suas dúvidas, ele apresenta que existe a contratação de um auditor para auxiliar na fiscalização do contrato, e com isso é avaliado os indicadores de desempenho que avalia os indicadores de número balizador visitaçao, a avaliação do usuário, gestão de resíduos sólidos e a gestão de operação, e toda a fiscalização de contas é pública. Carlos toma a palavra para complementar a fala de Robson apontando que o Iguazu é uma forma comparativa interessante para eles pelos novos projetos apresentados no caderno de encargos, e ele convida todos para acessar o link: https://portal.tcu.gov.br/data/files/0B/35/47/1B/5627D7104B2942D7E18818A8/Iguacu%20VR%202024.127-2021-3-VR%20-%20Desestatizacao_Parque%20Nacional%20do%20Iguacu.pdf; Marcus anuncia a próxima rodada de perguntas e comentários, que serão apresentadas pelos Conselheiros Clara Lemos (Professora Doutora, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da UERJ), Francisco 'Chicão' Ferreira (INNATUS), Leo Bittencourt (Associação de Amigos e Colaboradores do PARNASO), Cristina Lydia (representante da Rede de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos) e pelo convidado Gabriel Werneck (Associação Carioca de Turismo de Aventura - ACTA) e pela servidora Isabela Deiss (ICMBio NGI Teresópolis). Breno chama a atenção de todos para solicitar que caso ainda possuem dúvidas ou sugestões acerca do novo projeto de concessão que seja encaminhada por e-mail ou pelo *WhatsApp* para serem direcionadas aos responsáveis do BNDES. A professora Clara abre seu comentário abordando recém tragédia acometida na cidade de Petrópolis e seus impactos dentro e fora da UC e como a Unidade também impacta em seu entorno, ela acrescenta que o turismo tem a capacidade de gerar processos de especulação imobiliária e a de exclusão social, uma pesquisa realizada no PARNASO

aponta que 60% dos visitantes da parte baixa são moradores do entorno, portanto a política de delegação de serviços deve garantir o acesso gratuito e democrático principalmente corroborando a fala do Rafael sobre o lazer, segundo a professora não é válido os 6% destinados a treinamento da população se for restringido o acesso da população do entorno, ela fala também sobre o método de contagem não abranger todas as áreas do PARNASO como a Pedra da Galinha e o Castelinho, portanto os números não são precisos, pois apenas é contabilizada a visitação remunerada; Clara se coloca veemente a favor de acesso gratuito da população do entorno ao Parque, pois a política de dias gratuitos na semana não é interessante para o trabalhador; ela encerra sua fala pondo o parque como um lugar de afeto o qual se cria conexões e esse é um valor que não deve ser perdido. O professor Francisco assume a fala fortificando as colocações dos colegas anteriores principalmente em relação à aprovação da nota técnica, reafirma não querer o modelo de Iguazu nem o norte-americano, e fala da importância sobre estudar outros modelos, mas visando criar um modelo próprio, e finalmente aborda que não existe somente o paradigma da concessão, existe a economia solidária, a democracia radical, a autogestão, então há muito a ser explorado. Leo Bittencourt inicia sua fala questionando qual modelagem do programa de investimentos o BNDES prevê para financiar investimentos que permitam a participação de pequenas empresas locais nos projetos de concessão da unidade de conservação e quanto foi aportado pelo BNDES no Iguazu. Ele reforça e aprova a Nota Técnica apresentada, e termina sua fala expressando sua negativa na meta imposta de atingir até o final do ano a aprovação do projeto, considerando que o governo atual não possui legitimidade de seguir com nenhum projeto, haja vista o sucateamento dos equipamentos dos prestadores de serviços federais. Gabriel Werneck (Associação Carioca de Turismo de Aventura - ACTA) faz dois questionamentos, o primeiro é se há previsão de abertura de novas áreas de visitação e em que momento se pode contribuir tecnicamente com o projeto em relação a investimentos obrigatórios, e que tipos de serviços e estruturas estarão disponíveis para serem operadas. Antes de prosseguir com as perguntas/comentários, Breno retoma a palavra para a leitura da pergunta da professora Clara no grupo de conselheiros sobre a infraestrutura relacionada a pesquisa científica, se o BNDES considera alterar o uso dos atuais espaços que constituem uma área muito importante, destacando que o PARNASO é uma das UC com maior número de pesquisa em andamento. Cristina Lydia introduz sua fala homenageando seus saudosos colegas do CONPARNASO Paulo Leite (Comitê Piabanha) e Robson Silva (Associação de Produtores Rurais do Bonfim) e elogiando o Conselho, que é muito participativo; ela faz um adendo inferindo que o PARNASO não deve ser a resolução de problemas do entorno, que o objetivo é claro: preservação e educação ambiental; A conselheira solicita que o conselho continue participativo e expõe que pequenas estruturas individuais devem fazer parte da concessão e finalmente ela expressa que a Associação de Amigos e Colaboradores do PARNASO manifesta novamente seu desejo em fazer parte da delegação da lojinha, ela explica que a associação é sem fins lucrativos com intenção de reverter os lucros em educação ambiental. Finalmente, Isabela agradece a presença de todos e esclarece que fez a facilitação gráfica de uma oficina promovida pela equipe do Parque Nacional do Iguazu, conjuntamente com a Coordenação Geral de Gestão Socioambiental - CGSAM/ICMBio, para construção do Plano de Educação Ambiental daquela Unidade de Conservação, e afirma que hoje colegas do Iguazu relatam muitas dificuldades para aplicar o Plano

construído, portanto expõe sua preocupação a respeito de uma possível intervenção nos processos internos construídos, inclusive o Plano de Educação Ambiental, o qual ela participou como facilitadora; e sua segunda colocação se refere a existência de uma comunidade de prática de visitação em áreas protegidas e dentro dessa comunidade duas professoras da UFRRJ, Camila Rodrigues e Heloise Botelho, poderiam ser de interesse de para a discussão desse processo pois são extremamente capacitadas e já participam de diversos processos no ICMBio no ramo de concessões e também de turismo de base comunitária. Marcus encerra as participações e repassa a palavra novamente para o Robson para que sejam feitas as últimas considerações. Robson inicia explicando que há um apoio para financiamento de negócios ambientais por parte do BNDES o qual usa um fundo do Ministério do Meio Ambiente, o fundo clima. Ele aponta que o aportado no Iguazu é um estudo que gera em torno de 6 milhões de reais; respondendo o Gabriel, ele explica que nada pode ser feito fora do Plano de Manejo, mas que há estudos de áreas com potencial para o Uso Público, sendo um dos objetivos aumentar a demanda; e relacionado aos questionamentos a respeito do acesso para opinar, o BNDES se dispõe a retornar ao PARNASO quando houver algo mais consistente para mostrar e para que tenham opiniões de todos em uma nova reunião; é salientado que a participação formal existirá no momento adequado e que todos terão acesso a tudo, porém será futuramente; ele encerra sua fala se disponibilizando para novas reuniões, sejam presenciais ou virtuais, caso seja de interesse de todos. Marcus retoma a palavra para agradecer ao presidente do conselho, Marco Antônio Campos, à equipe do BNDES, aos colegas do ICMBio de Brasília e da região de Teresópolis, agradece a presença de todos e aponta as observações que houve no grupo de *WhatsApp* do CONPARNASO, apresentando a fala de Selma que explana que em seu curto tempo como agente ambiental ela consegue observar o comportamento das comunidades do entorno serem transformados em mais adequados em relação à visitação na UC, e, portanto, reforça a importância da gratuidade para o entorno do parque, assim como para pessoas com deficiência. O professor Marcelo Porreti também faz uma observação agradecendo aos funcionários do NGI ICMBio Teresópolis pela condução e desafio de uma reunião híbrida. O Presidente Marco Campos agradece a todos, e às 13 horas declara encerrada a reunião do CONPARNASO.

QUADRO DE FREQUÊNCIA

(legenda: presença ■, ausência justificada ■, ausência ■)

SETOR	INSTITUIÇÃO E NOME	Frequência														
		2020					2021					2022				
		11 / 03	27 / 05	10 / 06	09 / 09	09 / 12	10 / 03	29 / 04	09 / 06	11 / 08	08 / 09	13 / 10	08 / 12	09 / 03		
DO S US	Órgão Gestor da UC	Titular: PARNASO / ICMBio Marco Antônio Campos														

Anderson Nascimento - 143º Grupo Escoteiro do Mar Guapimirim
Renata Gouveia - Associação de Moradores e Amigos do Quebra-Frascos
Tiemi Yoshikawa - Associação de Moradores e Amigos do Quebra-Frascos
Clarisse Isnard de Maracajá - Associação de Moradores da Cascata dos Amores – AMCA
Fábio Hepp - UFRJ
Fernando Pessoa - CEFET Petrópolis
Marcelo Porretti - CEFET Petrópolis
Clara Lemos - UERJ - Departamento de Turismo
Rafael Fortunato - UERJ - Departamento de Turismo
Marcia Chame dos Santos - FIOCRUZ

Convidadas/os:

Ana Litardo - Associação Agroecológica de Teresópolis
Andréa Ramos Alves – Voluntariado ICMBio Teresópolis
Bárbara Dias Ferreira – UFRJ
Breno Herrera – ICMBio
Carlos Alexandre Fortuna - ICMBio
Carlos Henrique Fernandes – ICMBio / Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN) / Coordenação Geral de Uso Público (CGEUP)
Celso Sanchez - UNI-RIO
Claudia Mateus – OAB Teresópolis
Gabriel Werneck – Associação Carioca de Turismo de Aventura -ACTA/ Lagoa Aventuras
Gisele Medeiros – ICMBio
Gustavo Calil – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Hanna Cruz – mestranda UNI-RIO
Igor Briguiet – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Isabela Deiss – ICMBio
Janine Maffei – Programa de Voluntariado ICMBio
Jomar Andrade da Silva Filho – Programa de Voluntariado ICMBio
Jorge ‘Julião’ Nascimento – ICMBio
Juliana Leal
Karina Dominici – Instituto Semeia
Leandro Goulart – ICMBio
Leonardo Martins Gomes – ICMBio
Luiza Regina de Faria – UERJ, PIBIC ICMBio
Luiz Felipe Pimentel – ICMBio

Maicon Rocha – condutor

Marcos Linhares

Marcus Machado Gomes – Secretaria Executiva CONPARNASO – ICMBio

Maria Bertoche – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação - SEPE

Maria Luiza Aboim – Associação Agroecológica de Teresópolis

Mariana Tamandaré – pós-graduanda de especialização UERJ

Michelle Baldini – FEMERJ

Patrícia Duffles - UFRRJ

Pedro Artur Correa Zeno – Hostel Eco Lodge, Rede Bonfim Mais Verde

Philippe Ribeiro e Silva - Instituto de Estudos, Pesquisas e Ações Socioambientais - INEPAS

Priscila Maria da Costa Santos – ICMBio

Raquel Carvalho – Ministério do Meio Ambiente – Diretoria de Concessões

Raquel Junger – CRT/PARNASO

Renata Jiamelaro

Ricardo Barros

Rita Helena Meyer - Voluntariado ICMBio Teresópolis

Robson Eneas - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Rodrigo Goes

Sergio Chaves

Sophia Resende de Freitas - ICMBio

Verônica Calamante – Programa de Voluntariado ICMBio

Vitor Antunes

Aline

Eurídice